

Pedido de parecer ao ICNF, I.P. - Proc.º n.º ____/____ - elementos em falta
nos termos previstos na alínea c) do n.º 3 e da alínea c) do n.º 5 do art.º 16.º Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto

Elementos Instrutórios gerais para cumprimento do previsto pelo n.º 3 do art.º 16º
 (construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes)

1.	Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros, o uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e cumprimento das disposições previstas no diploma.	
2.	Planta de localização (escala 1:10000) (com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra).	
3.	Extrato da cartografia de perigosidade de incêndio rural do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), ou carta de risco na componente de perigosidade do PMDFCI na inexistência de regulamento administrativo, na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;	
4.	Planta de implantação que identifique a totalidade da propriedade, bem todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar) e respetivos afastamentos às extremas;	
5.	Identificação, em planta de implantação, da ocupação dos terrenos confinantes, na extensão necessária à verificação dos pressupostos deste diploma;	
6.	Identificação, em planta de implantação, de eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI, infraestruturas viárias ou planos de água;	
7.	Descrição das medidas a adotar para a contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos.	

Elementos Instrutórios específicos para cumprimento do previsto pelo n.º 5 do art.º 16º

(construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração)

8.	Pedido do interessado ao Município para, em casos excecionais, reduzir até 10 metros a distância à extrema da propriedade da faixa de proteção prevista na alínea a) do n.º 3, acompanhado pelos seguintes elementos, que servirão de base à audição prévia da Comissão Municipal de Defesa da Floresta[2]:	
	a) Descrição das medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo.	
	b) Elementos referidos no n.º 7 evidenciando as medidas excecionais de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos.	
9.	Apresentação de caracterização da exploração[3], quando estiver em causa uma atividade industrial conexa e exclusivamente dedicada ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração.	

[2] Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, criada no concelho no ano de 2004, constitui um centro de coordenação e ação local de âmbito municipal, a funcionar sob coordenação da presidente da Câmara Municipal
<http://www.cm-caminha.pt/ver.php?cod=0K0A>

[3] Sistema de Identificação do Parcelar, da responsabilidade do IFAP, que identifica o limite das parcelas das explorações agrícolas, às quais é atribuído um número único, assim como a delimitação e classificação das ocupações de solo, mediante a apresentação dos Documentos iE e P3.